

IESS

INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conjuntura - Saúde Suplementar

32º Edição - Outubro de 2016

SUMÁRIO

Conjuntura da Saúde Suplementar

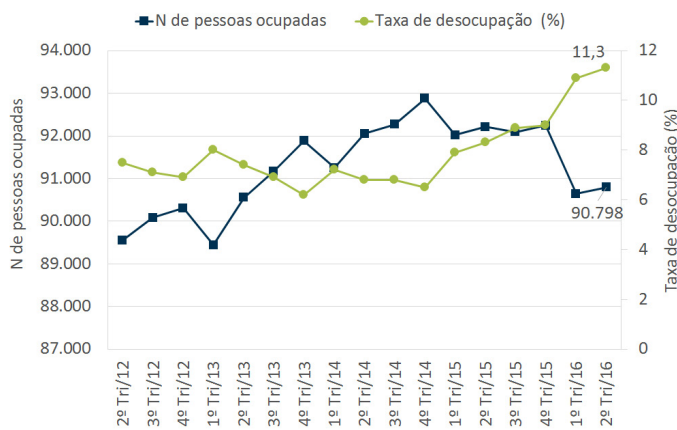
1) Emprego e Planos coletivos	3
2) Renda e Planos individuais	4
3) PIB e Receita/Despesa das operadoras	5
4) Sessão especial: O setor de saúde suplementar como agente gerador de empregos e de receita tributária	6

Conjuntura da Saúde Suplementar

1) EMPREGO E PLANOS COLETIVOS:

No 2º trimestre de 2016, a taxa de desocupação medida pela PNAD/IBGE atingiu 11,3%, o maior valor desde que o indicador passou a ser divulgado em 2012 (Gráfico 1). Esse valor é resultado da redução do número de pessoas ocupadas (-1,5% entre o 2º tri/2016 e 2º tri/2015) e do aumento de pessoas que compõe a força de trabalho (1,8% no mesmo período). Na tabela 1 é possível verificar a população ocupada e a taxa de desocupação entre 2ºtri/15 e 2ºtri/16.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, 2º TRI/12 A 2º TRI/16

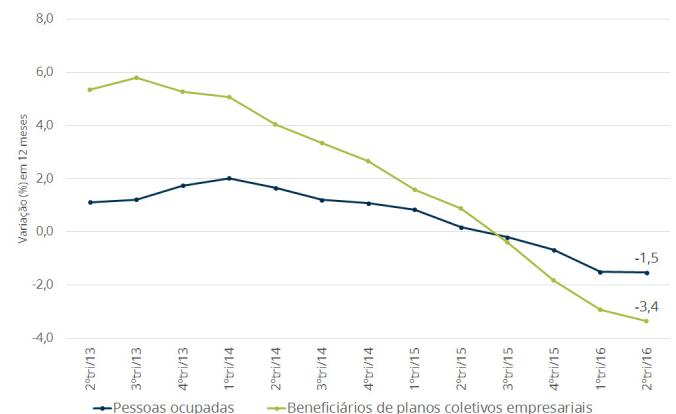


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pelo IESS em 29/08/2016.

O PIB brasileiro caiu 4,9% na variação acumulada em 12 meses, terminados no 2º trimestre de 2016. Esse é o sexto resultado trimestral negativo em sequência. Essa recessão econômica pela qual o país vem passando tem levado à de-

teriorização do mercado de trabalho, o que impacta diretamente a contratação de planos coletivos empresariais. Esse tipo de contratação, que representou 66,3% do total dos planos de saúde no 2º trimestre de 2016, apresentou redução do número de beneficiários de 3,4% no 2º tri/2016 em relação ao 2º tri/2015 (Gráfico 2). Nesse mesmo período, a população ocupada apresentou redução de 1,5%. No Gráfico 2, observa-se que a evolução da taxa de variação do número de beneficiários de planos coletivos em 12 meses acompanha a taxa de variação da população ocupada: quando em set/15, a população ocupada passou a diminuir, o número de beneficiários de planos coletivos empresariais também passou a apresentar redução.

GRÁFICO 2: VARIAÇÃO EM 12 MESES DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS E DOS BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral e ANS/Tabnet. Elaborado pelo IESS em 29/08/2016.

TABELA 1: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS, POPULAÇÃO OCUPADA, TAXA DE DESOCUPAÇÃO E VARIAÇÃO EM 12 MESES, 2º TRI/15 A 2º TRI/16.

TRIMESTRE	BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS	POPULAÇÃO OCUPADA	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	VARIAÇÃO EM 12 MESES	
				BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS	POPULAÇÃO OCUPADA
2º TRI/2015	33.253.752	92.211	8,3	0,9	0,2
3º TRI/2015	33.126.802	92.090	8,9	-0,4	-0,2
4º TRI/2015	32.836.337	92.245	9,0	-1,8	-0,7
1º TRI/2016	32.312.684	90.639	10,9	-2,9	-1,5
2º TRI/2016	32.136.535	90.798	11,3	-3,4	-1,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral e ANS/Tabnet. Elaborado pelo IESS em 05/10/2016.

2) RENDA E PLANOS INDIVIDUAIS:

Os planos de saúde individuais apresentaram redução de 3,2% no 2º tri/2016 em relação ao 2º tri/2015. Esse tipo de contratação também é impactado pela redução do mercado de trabalho, pois a medida que as pessoas perdem o emprego, elas perdem renda e tendem a reduzir consumo, inclusive de plano de saúde individual. Logo, a renda é uma variável que tem impacto direto sobre o número de beneficiários de planos de saúde individuais.

Como pode-se observar na tabela 2, o número de beneficiários de planos individuais apresentou redução de 3,2% em 12 meses (encerrados no 2º tri/2016), atingindo o mon-

tante de 9,5 milhões. Nesse mesmo período, o rendimento da população ocupada teve redução de 3,9%. Nota-se, na tabela 2, que durante todo o ano de 2015 e 2016, o rendimento médio das pessoas ocupadas apresentou redução, com exceção do 2º tri/15. A redução também ocorreu no número de beneficiários de planos individuais. Com a diminuição do rendimento do trabalho, as pessoas enfrentam uma maior restrição orçamentária o que pode ser uma das variáveis que levaram à redução do número de beneficiários de planos individuais.

TABELA 2: RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS (TOTAL, SETOR PÚBLICO E PRIVADO), NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS INDIVIDUAIS E VARIAÇÃO EM 12 MESES, 2º TRI/15 A 2º TRI/16.

TRIMESTRE	RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$)			NÚMERO ABSOLUTO	VARIAÇÃO EM 12 MESES			
	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS OCUPADAS NO SETOR PRIVADO	PESSOAS OCUPADAS NO SETOR PÚBLICO	BENEFICIÁRIOS DE PLANOS INDIVIDUAIS	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS OCUPADAS NO SETOR PRIVADO	PESSOAS OCUPADAS NO SETOR PÚBLICO	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS INDIVIDUAIS
2º TRI/15	1.999	1.785	3.074	9.803.305	1,2	0,9	0,5	-0,2
3º TRI/15	1.973	1.768	3.078	9.756.064	-0,2	0,3	1,2	-1,0
4º TRI/15	1.944	1.749	3.118	9.646.613	-2,6	-0,6	0,3	-1,9
1º TRI/16	1.949	1.765	3.116	9.555.399	-3,1	-1,6	0,4	-2,5
2º TRI/16	1.921	1.732	3.137	9.492.363	-3,9	-3,0	2,0	-3,2

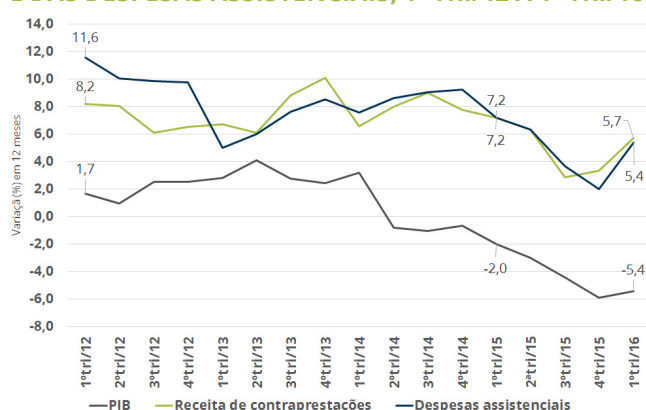
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral e ANS/Tabnet. Elaborado pelo IESS em 29/08/2016.

3) PIB E RECEITA/DESPESA:

A sinistralidade das operadoras de planos médico-hospitalares foi de 80,9% no 1º trimestre de 2016, resultado de uma receita de contraprestação de R\$ 35,9 bilhões e de uma despesa assistencial de R\$ 29,1 bilhões.

Nota-se que, apesar das receitas e despesas apresentarem crescimento (tabela 3), as operadoras estão sendo impactadas com a recessão econômica existente no país desde 2014. O crescimento real (descontada a inflação) em 12 meses das receitas de contraprestações foi de 5,7% e das despesas assistenciais foi de 5,4% no 1º tri/16. Porém, quando comparada com o 1º tri/15, a variação em 12 meses das receitas de contraprestações e das receitas assistenciais foram ambas de 7,2% (Gráfico 3). Nessa mesma comparação, ao avaliar a taxa de variação em 12 meses, o PIB teve retração de 5,4% no 1º tri/16 e de 2,0% no 1º tri/15.

GRÁFICO 3: TAXA DE VARIAÇÃO EM 12 MESES DO PIB DOS VALORES REAIS DAS RECEITAS DE CONTRAPRESTAÇÕES E DAS DESPESAS ASSISTENCIAIS, 1º TRI/12 A 1º TRI/16.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais e ANS/Tabnet. Elaborado pelo IESS em 01/10/2016.

TABELA 3: RECEITAS DAS CONTRAPRESTAÇÕES, DESPESAS ASSISTENCIAIS E SINISTRALIDADE (%) EM VALORES REAIS (R\$ DE 2015), 1º TRI/2014 AO 1º TRI/2016.

COMPETÊNCIA	RECEITA DAS CONTRAPRESTAÇÕES (R\$)	DESPESA ASSISTENCIAL (R\$)	SINISTRALIDADE (%)
1º TRI/14	31.762.298.430	25.769.632.041	81,1
1º TRI/15	34.038.509.609	27.619.440.811	81,1
1º TRI/16	35.973.289.147	29.106.350.393	80,9

Fonte: ANS/Tabnet. Dados extraídos e elaborados pelo IESS em 03/10/2016.

4) SESSÃO ESPECIAL: O SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR COMO AGENTE GERADOR DE EMPREGOS E DE RECEITA TRIBUTÁRIA.

O setor de saúde suplementar tem importante participação na economia brasileira. Em 2015, o setor apresentou R\$ 118,7 bilhões em despesas assistenciais, devido à prestação de serviços aos beneficiários, e gerou R\$ 140,3 bilhões em receitas de contraprestações. Esses valores são correspondentes à assistência médica hospitalar de 49,4 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares.

Além da assistência médica hospitalar, o setor de saúde suplementar gera empregos diretos e indiretos, em outros setores da cadeia da saúde (indústria e prestadores de serviços médico-hospitalares). Em 2016, o setor de saúde suplementar foi responsável por aproximadamente 3,3 milhões de empregos diretos e indiretos (Gráfico 4), o que representa 7,6% do total da força de trabalho empregada no Brasil em 2016. Entre 2009 e 2016, houve crescimento de 27,7% do número de pessoas empregadas na saúde suplementar e em setores relacionados. Isso representa um crescimento médio anual de 3,5%, que é mais que o dobro do crescimento médio do total de emprego na economia no mesmo período

(1,0%) (2009 a 2016). Isso denota a resiliência do setor de saúde suplementar frente aos demais setores durante a recessão econômica pela qual o país tem passado.

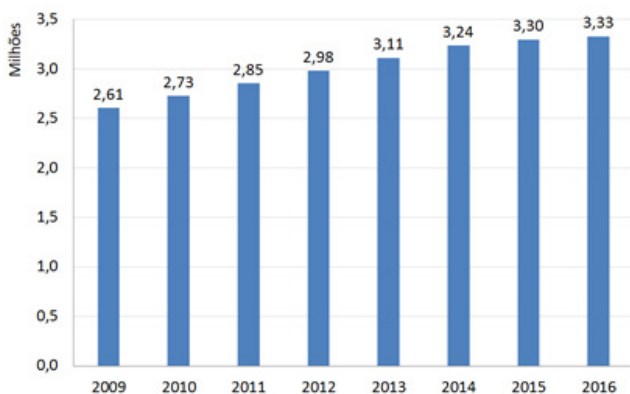
A importância econômica do setor de saúde suplementar vai além dos empregos gerados, pois ele apresenta uma contribuição relevante para a renda do governo devido à carga tributária incidente. Em 2015, o pagamento de tributos pelos planos de saúde totalizou R\$ 36,4 bilhões (Gráfico 5), de acordo com estimativas da Abramge¹. Esse valor é 30,4% superior ao de 2013.

De acordo com o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), em 2013 a carga tributária dos planos de saúde, ou seja, o percentual do faturamento gasto com tributos, foi de 26,7% (R\$ 1.100.178 milhões - Tabela 4). Esse valor é superior ao de setores como Saneamento (16,6%) e Educação (21,9%).

Entre o período de 2009 a 2013 esse valor arrecadado praticamente dobrou, ao passo que, a inflação acumulada no mesmo período foi de 28%

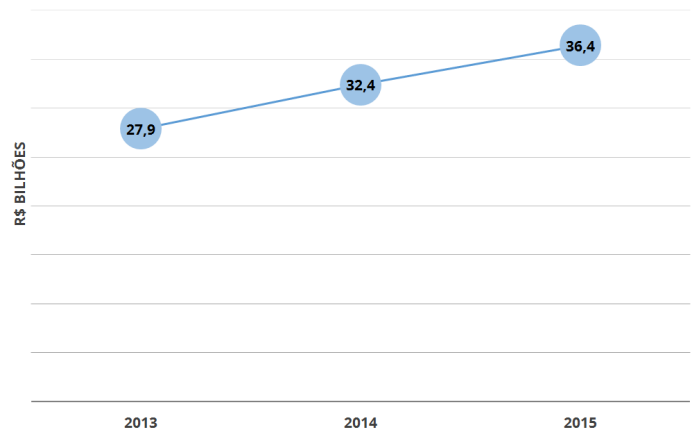
De acordo com dados da Receita Federal, o setor de saúde como um todo (pú-

GRÁFICO 4: TOTAL ESTIMADO DE PESSOAS EMPREGADAS NO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ESTOQUE) DIRETA E INDIRETAMENTE, 2009 A 2016*.



Fonte: RAIS/MTE. *Em 2016 os dados se referem ao estoque até maio.

GRÁFICO 5: TRIBUTOS PAGOS PELOS PLANOS DE SAÚDE, 2013-2015.



Fonte: Abramge, 2016.

blico e privado) arrecadou em 2015 aproximadamente R\$ 113 bilhões. Esse valor pode estar superestimado devido ao fato de a Receita Federal apenas divulgar os dados por divisão da Cnae (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) e algumas divisões incluem outros setores que não pertencem à saúde, como é o caso da divisão 65 (Seguros, resseguros, previdência e planos de saúde). Considerando essa estimativa percebe-se a importância dos planos de saúde pois suas contribuições representam 32,3% da arrecadação total do setor de saúde. Além disso, a contribuição dos planos de saúde cresceu mais no período de 2013 a 2015 (30,4%) do que a do setor de saúde total (23,8%).

TABELA 4: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS DO SETOR DE SAÚDE PRIVADO, 2009 A 2013.

ANO	VALOR
2009	690.127.000.000
2010	799.760.000.000
2011	938.914.000.000
2012	992.089.000.000
2013	1.100.178.000.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação



INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

IESSDATA

O IESSdata é um espaço interativo que, em um só lugar, reúne e possibilita o cruzamento de diversos indicadores relevantes para compreender o setor de saúde suplementar e da economia. A ferramenta apresenta dados econômicos importantes para o setor, como Produto Interno Bruto (PIB), renda, inflação, nível de emprego e desemprego e juros.

Além disso, é possível acompanhar o Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (VCMH/IESS) e o total de beneficiários de planos de saúde no país de acordo com região e tipo de vínculo. Tudo de forma simples e prática.

www.iess.org.br/iessdata

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro

Superintendente Executivo

Amanda Reis A. Silva

Pesquisadora

Natalia Lara

Pesquisadora

Bruno Minami

Pesquisador

SAÚDE SUPLEMENTAR EM NÚMEROS

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em maio de 2016 (com data-base: junho de 2016), já analisados na 12ª Edição da Saúde Suplementar em Números, disponível em: www.iess.org.br

REFERÊNCIAS

- IBGE:
 - Banco de Dados Agregados—Sidra
 - Contas Nacionais Trimestrais
 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (Pnad Contínua trimestral)
- Banco Central do Brasil:
 - Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS
 - Boletim Focus
- Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:
 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged
 - Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

IESS
Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004, Itaim, São Paulo, SP
Tel (11) 3706.9747
contato@iess.org.br